

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil Class.: 96

Data: 18 de junho de 1987 Pg.: 16

Futuro de 50 mil pessoas faz o Governo manter o Jari

William Waack

O brega rola solto na noite do Havai. É a grande animação do sábado em Monte Dourado, margem direita do rio Jari, Amazônia. Descaça, de biquini e desinibida, Josinéia rebola para a delirante platéia do Clube Areja, um incrementado barracão com pista de dança de cimento. Ninguém duvida que a moça alta e esguia vai ganhar o título de melhor havaiana. Difícil é acreditar em sua idade — 12 anos, quase a mesma do famoso Projeto Jari.

Longe do mundo e fora das polémicas, o projeto vai adiante do mesmo jeito da Josinéia: é jovem, aparenta mais do que tem e vive rebolando. Desde que o governo brasileiro encerrou formidável discussão nacional, convidando 23 empresas para comprar a parte do misterioso bilionário Daniel Ludwig, em 1982, expectativas, ambições e recursos também vieram consideravelmente para baixo.

No Jari existe, hoje, inegável nostalgia dos tempos em que literalmente choviam dólares e dali deveria surgir a colonização do futuro, um modelo (mais um) de ocupação da Amazônia. Traz recordações de passado não tão distante, por exemplo, a imponente voz do general Costa Cavalcanti, apresentando o Jari a visitantes. Seu último emprego, antes de chefiar o projeto, era a presidência da Itaipu Binacional. Agora, em matéria de hidrelétrica, o veterano general tem de se contentar com o relativamente modesto investimento de 123 milhões de dólares, necessário para a construção de uma barragem na cachoeira de Santo Antonio, rio Jari acima.

Sem isso, é quase possível prever o dia em que sequer o propósito de manter de pé o formidável pólo de desenvolvimento industrial, agrário e social estaria irremediavelmente comprometido. Tudo nesses trópicos apodrece mais depressa e o mesmo está acontecendo com a mais brilhante das soluções que o excêntrico (não se deixava fotografar) Ludwig havia imaginado para instalar seu complexo de indústria de celulose, plantação de arroz e mineração: uma usina termelétrica flutuante.

Junto da fábrica de celulose, a usina veio rebocada desde o Japão, onde foi construída, até chegar às margens do Jari, para repousar sobre centenas de estacas de madeira. A rigor, aplicou-se aos dois colossos de 240 metros de comprimento por 50 de largura o mesmo princípio dos casebres miseráveis que surgiram do nada na margem oposta: o das palafitas. Construídas de ferro e sob a filosofia japonesa de que unidades industriais devem ser logo substituídas, as duas instalações têm suas estruturas metálicas já bastante atacadas pela ferrugem. A vida útil tornou-se uma incógnita, que às vezes faz os técnicos olharem com expressão de ceticismo para os dois monstros fumegantes e malcheirosos.

Déficits — As duas usinas flutuantes são apenas o aspecto mais visível de um complexo mundo cercado de água e floresta. São 50 mil pessoas, 11 mil búfalos, 1 mil 500 bovinos e 2 mil 100 suínos espalhados por uns 90 mil hectares de área útil. Há 3 mil 200 casas, mais de 9 mil quilômetros de estradas construídas, uma ferrovia de 62 quilômetros, três aeroportos, pelo menos duas grandes comunidades com todos os serviços (do supermercado ao hospital, da escola à igreja, do clube à delegacia). Tudo isto para tocar três projetos: plantar arroz, explorar o caulim (uma espécie de areia muito fina utilizada para branquear papel) e produzir celulose. Com exceção da mina de caulim, os outros dois empreendimentos são deficitários.

A fábrica de celulose e a termelétrica são gulosas devoradoras de madeira da região. A usina funciona a lenha e produz 55 MW (o reator nuclear de Angra-I, para comparação, produz 600 MW). Consome por ano uma verdadeira floresta (700 mil toneladas) e tem de fornecer energia para o projeto inteiro.

Em vastas áreas ao redor de Monte Dourado, a principal comunidade do projeto, a paisagem deixou de ser amazônica. Cresceram florestas de eucaliptos, de gmelina (a árvore milagrosa que Ludwig mandou trazer da Malásia) e o *pinus caribeniis*, versão hondurenha. Os três tipos de árvores tiveram diferentes histórias de adaptação aos solos, mas todas muito problemáticas. Descobriu-se depressa que o método de desmatamento praticado a princípio — simplesmente passar o trator — destruiu rapidamente solos que não eram dos melhores. O suprimento de madeira ainda é precário, obrigando uma companhia que tem milhões de hectares de floresta a trazer árvores de fora ou a cortar as suas antes do tempo. Auto-suficiência em matéria-prima, só daqui a 10 anos. Culpa do Ludwig, que parou de plantar em 1981.

Além disso, a Companhia Florestal Monte Dourado, a que fabrica a celulose, acaba de passar por um período durante o qual o seu produto sofreu baixa espetacular de 50% no preço em apenas dois anos. Este ano deve produzir umas 230 mil toneladas de celulose, repetindo seu melhor resultado, atingido em 1984. Há um plano para expandir a capacidade da fábrica para as 280 mil toneladas anuais, mas os técnicos, novamente, são céticos: a recupera-

ção da instalação e os altíssimos custos da matéria-prima (comparando a outras indústrias similares no Brasil) tornariam o projeto dificilmente executável.

Também com o arroz os planos de Ludwig não correram bem. Embora as áreas de cultivo tenham produtividade considerada alta, pelo menos para a região, a produção é vendida apenas na Amazônia e alguma coisa no Nordeste. Ludwig acha que poderia fazer dali um celeiro para o mundo. Sobrou apenas a mina de caulim, que tem clientes e encomendas certas para a areia branquinha. Seu lucro, em torno de 20 milhões de dólares, não é suficiente para sustentar o conglomerado do Jari.

No fundo, admite o general Costa Cavalcanti, os problemas que o poderoso bilionário enfrentou e que lhe trouxeram prejuízos de 1 bilhão de dólares no Jari continuam exatamente os mesmos. O fornecimento de energia elétrica é precário, enquanto não houver a barragem de Santo Antônio (faltam recursos). A situação fundiária, coisa típica da Amazônia, ainda não foi resolvida. Dos 3 milhões de hectares que julgava ter comprado de um grupo de portugueses de Belém, equivalentes à metade do território de um país como a Bélgica, Ludwig tinha garantido apenas a metade.

Recursos humanos, principalmente mão-de-obra qualificada, são um capítulo à parte no Jari. É difícil recrutar e mais complicado ainda manter famílias de trabalhadores altamente qualificados num mundo à parte, ao qual só se chega de barco ou avião. É verdade que a vila modelo em Monte Dourado ganhou um ar até simpático. Cresceram as árvores, a maior parte replantadas, as habitações de concreto pré-moldado ficaram com jeito de casa — e não de caixote — depois que telhados vermelhos foram adicionados.

No bairro mais alto, reservado aos escalões hierárquicos superiores, as casas ainda são daquele tipo americano que todo mundo conhece dos filmes da Lassie, e que as donas-de-casa brasileiras, pelo menos as que enfrentaram o Jari, detestam. Cozinha e sala de jantar são praticamente uma coisa, deixando a empregada muito perto de tudo. Há clubes, cinemas, até esquinas com comércio e bar e, é claro, o Clube Areja.

Não é difícil, apesar de todas as dificuldades que o Jari apresenta, encontrar gente genuinamente entusiasmada. Afonso Mesquita de Melo, mineiro de 46 anos, é um deles. Chegou ao Jari há cinco anos para cuidar de uma das missões mais difíceis — recuperar o formidável parque de máquinas que Ludwig havia importado dos EUA e que apodrecia por falta de peças — e garantir que alguma coisa continuasse em funcionamento.

Calvo, gordo e sempre bem humorado, Afonso gosta de mostrar a visitantes uma oficina mecânica que mais parece um museu paleontológico. As carcaças de tratores formidáveis iguais a gigantescos Saurios, nos mais variados estágios de desmontagem ou destruição, aguardam alguma solução imaginosa. Afonso já criou uma exposição de peças importadas cujas similares poderiam ter sido encontradas por preços muito mais baixos no mercado nacional.

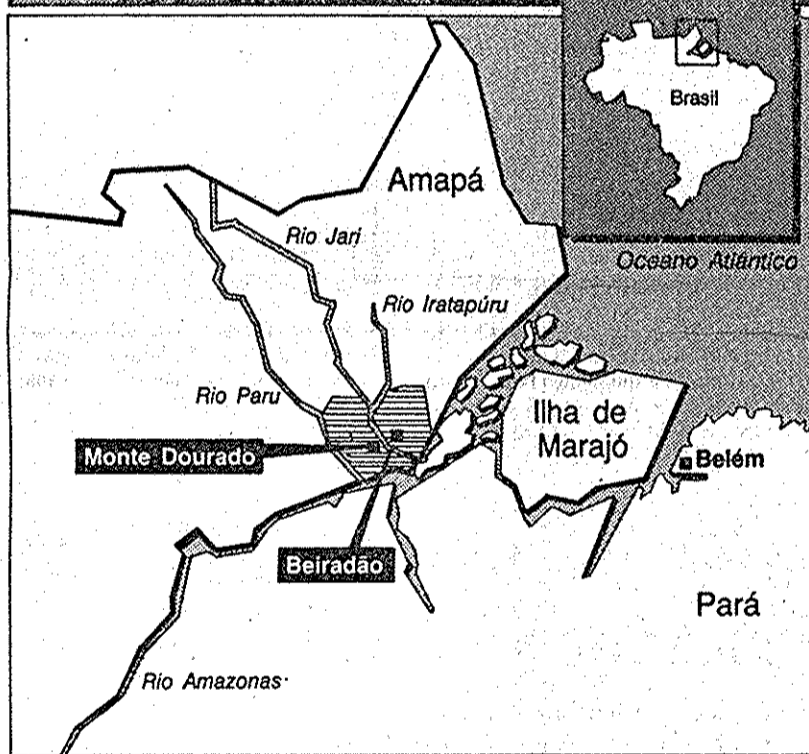
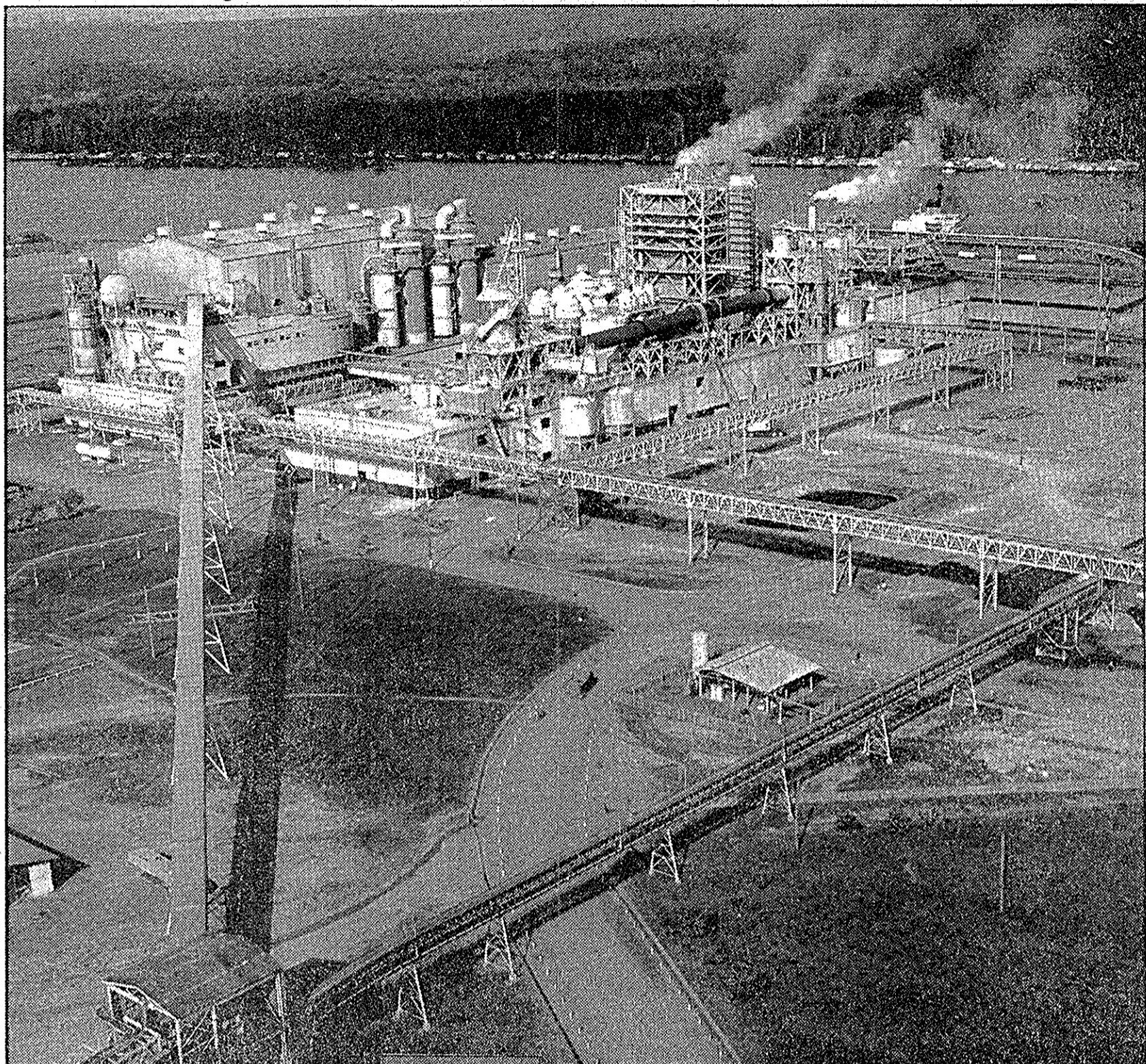
— O Jari —, diz ele —, é uma espécie de teimosia. Só isso.

Persistência é provavelmente a característica principal da população, que se agarrou tenazmente à esperança de que o projeto continue, apesar de alguns estudos oficiais preverem, em bom economês, o perigo de "exatidão" do projeto e a consequente dispersão do núcleo habitacional, em função da "perda da força gravitacional econômica".

Do outro lado do rio Jari, bem em frente a Monte Dourado, esse tipo de receio não parece ter chegado ainda. Mulato forte e muito sorridente, Zé Luis trocou um emprego de seis anos na Companhia Florestal pelo balcão de um boteco no Beiradão, a enorme comunidade palafítica de 8 mil pessoas que funciona, com suas casas miseráveis, sujeira, miséria e confusão, como espécie de advertência aos planejadores futuristas do Jari.

Diversão — No Beiradão, a vida é como as pessoas da região estão mais bem acostumadas: sobre a água do Rio, usada para todos os fins, crianças misturadas aos porcos, estreitas passagens de madeira, formando uma espécie de calçada, ligando uma loja e um bar ao outro. Diversão pra valer, observa o mulato Zé Luis (o pai velho do Ceará), só mesmo no Beiradão. Oficialmente, prostituição não existe do outro lado do rio. Em compensação, um eficaz serviço de lanchas-táxi atravessa os 100 metros de água em instantes.

É, em última instância, a existência e o trabalho dessas 50 mil pessoas, das quais 11 mil 500 são diretamente empregadas no Jari, que garantem a continuidade de um projeto. Do ponto de vista estritamente empresarial, talvez não valesse a pena mantê-lo — ou, pelo menos, não em suas dimensões atuais. Investidores de peso no empreendimento, como o BNDES, acham que a preocupação social deve ser a principal. "Apenas para manter essa gente toda tentando fazer algo em uma vastidão onde só existe mato, já justificaria os 200 milhões de dólares que temos investido no Jari", diz Márcio Fortes, o presidente do banco.



A fábrica de celulose veio do Japão e repousa sobre estacas de madeira, da mesma forma que as palafitas que alegam as noites do Beiradão, do outro lado do rio

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 1986
CZ\$ Milhões

	S. RAIMUNDO	CADAM	M. DOURADO	JARI	CONSOLIDADO
ATIVO					
Realizável	0,39	1,07	9,60	5,75	11,06
Permanente	0,06	0,46	0,95	0,02	1,41
	0,33	0,61	8,65	5,73	9,65
PASSIVO					
Exigível	0,39	1,07	9,60	5,75	11,06
Pat. Líquido	0,10	0,14	0,60	0,02	0,77
	0,29	0,93	9,00	5,73	10,29
RESULTADO					
Vendas Líq.	0,06	0,42	1,20		1,72
C.P.V.	(0,06)	(0,11)	(0,98)		(1,16)
Desp. Oper	(0,03)	(0,14)	(0,44)		(0,52)
Result. Oper	(0,03)	(0,17)	(0,21)		0,04
Result. Oper	(0,02)	(0,01)	(0,42)		(0,01)
Result. I.R.	(0,05)	0,18	(0,53)		0,03
I.R.	—	0,07	—		0,07

